

# ANEXO 1

## LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

---

Regulamento  
Interno  
2022



## LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

[Despacho nº 4209-A/2022 de 11 de abril](#)

Ministério da Educação - Gabinete do Ministro

Estabelece o calendário das matrículas e respetivas renovações para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário para o ano letivo de 2022-2023

[Portaria nº 194/2021, de 17 de setembro](#)

Ministérios de Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Define os modelos de diplomas e de certificados em formato eletrónico das ofertas educativas e formativas do ensino básico e secundário

[Lei nº116/2019 de 13 de setembro](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva

[Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho](#)

Assembleia da República

Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva

[Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho](#)

Assembleia da República

Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA.

[Portaria 223-A/2018, de 7 de agosto](#)

Ministério da Educação

Procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico previstas no n.º 2 do artigo 7.º [do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho](#)

[Portaria 226-A/2018, de 7 de agosto](#)

Ministério da Educação

Procede à regulamentação dos cursos científico-humanísticos, a que se refere a alínea a), do n.º 4, do artigo 7.º, do [Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho](#), designadamente dos cursos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e de Artes Visuais, tomando como referência a matriz curricular-base constante do anexo VI do mesmo Decreto-Lei.

[Portaria n.º 235-A/2018 de 23 de agosto](#)

*Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social*

Procede à regulamentação dos cursos profissionais a que se referem as alíneas a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual, e b) do n.º 4 do artigo 7.º do [Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.](#)

[Decreto-Lei nº 14/2017, de 26 de janeiro](#)

*Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social*

O Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, (revogado), veio concretizar uma resposta estratégica aos baixos níveis de qualificação da população, adotando os princípios consagrados no acordo sobre a Reforma da Formação Profissional, celebrado pelo Governo com a generalidade dos parceiros sociais em 14 de março de 2007. O SNQ assumiu como objetivo primordial a generalização do nível secundário como qualificação mínima da população, tendo sido criados, nesse âmbito, instrumentos estruturantes para a organização das qualificações, como o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), assegurando -se a relevância da formação e das aprendizagens para o desenvolvimento pessoal e para a modernização das empresas e da economia, e valorizando -se, ao mesmo tempo, todo o investimento em formação.

[Despacho 6748/2017, de 26 de julho](#)

*Gabinete do Secretário de Estado da Educação*

Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

[Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro](#)

*Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças; Ministério das Finanças*

São aprovadas as instruções regulamentares do cadastro e inventário dos bens do Estado (CIBE) e respetivo classificador geral, bem como os modelos anexos a esta portaria da qual fazem parte integrante.

[Lei n.º 35/2014, de 20 de junho](#)

*Assembleia da República*

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

[Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro](#)

*Ministério da Educação*

Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro

[Decreto-Lei n.º 150/2012 de 12 de julho](#)

*Ministério da Economia e do Emprego*

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro, que estabelece o regime de criação, organização e funcionamento de escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior.

[Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho](#)

*Ministério da Educação e Ciência*

Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário

[Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho](#)

*Ministério da Educação e Ciência*

Republicação do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril

A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de setembro, 49/2005, de 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de agosto, consagra o direito à educação pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade. Por sua vez, no Programa do XIX Governo Constitucional, a educação é assumida como um serviço público universal sendo estabelecida como missão do Governo a substituição da facilidade pelo esforço, do dirigismo pedagógico pelo rigor científico, da indisciplina pela disciplina, do centralismo pela autonomia. Neste sentido, a administração e a gestão das escolas assumem -se como instrumentos fundamentais para atingir as metas a prosseguir pelo Governo para o aperfeiçoamento do sistema educativo. Assente neste quadro programático e na experiência adquirida no decurso da vigência do regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto -Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, o Governo pretende promover a sua revisão com vista a dotar o ordenamento jurídico português de normas que garantam e promovam o reforço progressivo da autonomia e a maior flexibilização organizacional e pedagógica das escolas, condições essenciais para a melhoria do sistema público de educação.

[Decreto Regulamentar nº 26/2012, de 21 de fevereiro](#)

*Ministério da Educação*

Com a presente regulamentação procede -se ao desenvolvimento dos princípios que presidiram ao estabelecimento de um novo regime de avaliação do desempenho docente instituído na 11.ª alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

[Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril](#)

*Ministério da Educação e Ciência*

Estatuto da Carreira Docente

[Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro](#)

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2012

Incidência das percentagens para diferenciação de desempenhos

[Despacho nº 978/2011, de 12 de janeiro](#)

*Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e da Educação*

No âmbito do processo de criação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) foi instituído o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), que constitui um quadro de referência único para classificar todas as

qualificações produzidas no âmbito do sistema educativo e formativo nacional, independentemente do nível e das vias de acesso.

[Despacho n.º 11120-B/2010, de 6 de julho \(REVOGADO\)](#)

[Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro](#)

*Assembleia da República*

Orçamento do Estado para 2011

Alteração à Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de dezembro

[Portaria n.º 558/2010, de 14 de julho](#)

*Ministério da Educação*

Altera o Anexo I da Portaria 756/2009, de 14 de julho

[Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro](#)

*Ministério das Finanças e da Administração Pública - Gabinete do Ministro*

Estabelece os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular prevista no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, bem como os procedimentos a que a mesma deve obedecer.

[Portaria n.º 782/2009 de 23 de Julho](#)

*Ministérios do Trabalho e da Segurança Social, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*

Regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais.

[Portaria n.º 756/2009 de 14 de julho](#)

*Ministério da Educação*

Estabelece as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário e para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares.

[Lei nº 60/2009, de 6 de agosto](#)

*Assembleia da República*

Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar

[Portaria n.º 759/2009, de 16 de julho](#)

*Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Educação*

A presente portaria procede à adaptação do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, ao pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

[Despacho n.º 6894-A/2009, de 4 de março](#)

Aprova o relatório do SIADAP

Considerando que a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que aprova o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), determina a gestão e o acompanhamento dos três subsistemas de avaliação nela previstos (SIADAP 1, SIADAP 2 e SIADAP 3)

[Portaria n.º 1633/2007, de 31 de dezembro](#)

*Ministério das Finanças e da Administração Pública*

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na Administração Pública, designado por SIADAP, prevê que a avaliação do desempenho seja feita com base em parâmetros de resultados e de competências.

[Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro](#)

*Assembleia da República*

Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública.

A presente lei estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública, adiante designado por SIADAP.

[Despacho nº 2506/2007](#)

*Ministério da Educação*

A adoção de medidas que visem a promoção da saúde da população escolar tem sido um dos objetivos do Ministério da Educação, correspondendo assim ao Programa do XVII Governo Constitucional, o qual considera que a educação para a saúde, para a sexualidade e para os afetos se incluem entre as múltiplas responsabilidades da escola atual.

[Lei n.º 29/2006, de 4 de julho](#)

*Assembleia da República*

Segunda alteração ao Decreto-Lei nº 372/90, de 27 de novembro, que disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação.

[Despacho nº 12045 / 2006 \(2ª série\)](#)

*Ministério da Saúde - Alto Comissariado da Saúde*

Ao Alto Comissariado da Saúde, como serviço de coordenação intraministerial, compete, no âmbito da missão, bem como das atribuições que lhe estão legalmente cometidas, a coordenação, articulação das políticas públicas de preparação e execução do Plano Nacional de Saúde e de programas específicos de âmbito nacional.

[Despacho nº 25995/2005 \(2ª série\), de 16 de dezembro](#)

*Ministérios da Educação e Ministério da Saúde*

Adoção de medidas que visam a promoção da saúde da população escolar - nomeação em cada agrupamento/escola do coordenador de educação para a saúde.

Aprova o Programa Nacional de Saúde Escolar e o Programa Nacional de Saúde dos Jovens.

[Despacho n.º 14758/2004 de 23 de julho](#)

*Ministério da Educação*

Define o funcionamento dos cursos profissionais nas escolas secundárias públicas.

[Regulamento n.º 852/2004, de 29 de abril](#)

*Comissão Europeia*

Estabelece regras gerais de higiene dos géneros alimentícios destinados aos Operadores de Empresas do Sector Alimentar (OESA).

[Regulamento n.º 178/2002, de 28 de janeiro](#)

*Parlamento Europeu*

Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.

[Decreto-Lei n.º 259/2000, de 17 de outubro](#)

*Assembleia da República*

As matérias respeitantes à educação sexual, ao planeamento familiar e à saúde reprodutiva têm vindo a merecer, nos últimos anos, particular atenção da sociedade portuguesa, no quadro de uma progressiva afirmação dos direitos cidadãos à educação e à saúde.

[Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio](#)

*Ministério da Educação*

Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respetivos agrupamentos

[Decreto-Lei n.º 4/98 de 8 de janeiro](#)

*Ministério da Educação*

Estabelece o regime de criação, organização e funcionamento de escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino

[Decreto-Lei n.º 190/91 de 17 de maio](#)

*Ministério da Educação*

Cria nos estabelecimentos de educação e ensino públicos os serviços de psicologia e orientação.

[Decreto-Lei n.º 95/1991, de 26 de fevereiro](#)

*Ministério da Educação*

Aprova o regime jurídico da Educação Física e do desporto escolar.